

A POLÍTICA DE EXTENSÃO NUMA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO: PRÁTICAS E LÓGICAS PREPONDERANTES

Edie Martins Santos Chagas^{*}
Virgínia Costa de Castro^{**}
Maria Suzana de Souza Moura^{***}

RESUMO: *O objetivo do artigo é verificar qual é a política de extensão na Escola de Administração Y, identificar em qual modelo, pressuposto teórico, se fundamenta. Como ponto de partida, faz-se uma discussão inicial acerca da Universidade. Posteriormente, buscam-se diversas referências conceituais sobre a extensão universitária e o seu papel na Universidade. Retomam-se as origens da extensão universitária no Brasil, tendo como modelos as experiências estadunidense e europeia. Ao final, o olhar é voltado para a Escola Y, identificando as práticas extensionistas regulamentadas através do Núcleo de Extensão, assim como as práticas não institucionalizadas. Os resultados mostraram que a Escola Y se fundamenta sobre um modelo estadunidense, tendo a maioria de suas práticas voltadas para atender ao mercado.*

Palavras-Chave: Extensão universitária; Universidade; Administração.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é verificar qual é a política de extensão na Escola de Administração Y, identificando em qual modelo, pressuposto teórico, tal política fundamenta.

O debate acerca da extensão universitária sempre ocorreu na Escola Y, porém indiretamente, colocando em xeque a questão sobre os cursos de extensão (ou como são popularmente conhecidos “cursos pagos”) realizados pela Escola juntamente com uma fundação de apoio. Nesse sentido, o debate recaía sobre as formas de financiamento da Universidade, não se discutindo diretamente a temática da extensão universitária e como esta impactava nos rumos da Escola.

As motivações para a escolha deste tema se deram, sobretudo, há algumas percepções empíricas dos acontecimentos da Escola Y, tais como: diversos estudantes que já passaram pela metade do curso não sabem ao certo o que é extensão e como esta é realizada na Escola; a vivência no Diretório Acadêmico nos fez partir da seguinte premissa: as práticas extensionistas são voltadas, quase em sua totalidade, para atender ao mercado.

Portanto, para verificar se a premissa acima exposta se confirma, e para atingirmos o objetivo deste texto, iniciamos a apresentação com um debate inicial da Universidade, posteriormente, utilizamos como metodologia a busca de referências teórico-conceituais acerca da temática da extensão universitária, além da definição oficial dada pelo Fórum de Pró-Reitores

^{*} Graduando em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. E-mail: ediemartins@yahoo.com.br – Autor.

^{**} Graduanda em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. E-mail: viu_costa@yahoo.com.br – Co-autora.

^{***} Professora Doutora em Administração, Departamento de Finanças e Políticas Públicas, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. E-mail: suzmoura@ufba.br – Orientadora.

de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras juntamente com a Secretaria de Ensino Superior (SESu/MEC) no documento chamado Plano Nacional de Extensão Universitária. Assim como, tipos de práticas extensionistas, as origens da extensão no Brasil (modelos estadunidense e europeu) e por fim utilizamos documentos oficiais da Pró-Reitoria de Extensão, Núcleo de Extensão da Escola Y e o relatório de atividades da fundação de apoio do ano de 2006.

A conclusão do trabalho confirma a premissa pré-estabelecida e mostra que a Escola Y tem uma política de extensão direcionada a práticas voltadas para atender ao mercado. Tem claramente definidos os interesses aos quais está submetida, ou seja, os interesses da manutenção do modelo capitalista, com uma extensão baseada no modelo estadunidense de “prestação de serviços”.

A IDENTIDADE UNIVERSITÁRIA

Segundo o Aurélio, identidade é um conjunto de características próprias e, no caso de uma instituição, é definida pelas ações dos componentes e pelos resultados destas. O conjunto de relações entre os comportamentos das pessoas é o que de fato constitui uma instituição. No caso da Universidade, os papéis profissionais destes componentes precisam ser definidos com clareza e, para isso, é necessário conhecer bem a Universidade e todos os fatores que interferem na instituição como suas características, sua história, seu papel na sociedade (BOTOMÉ, 1996).

É extremamente necessário que cada componente da instituição tenha seu papel bem definido, caso contrário, cada um age de acordo com seus interesses fazendo com que a ideologia individual se sobreponha à função da Universidade. O que acontece hoje é que os agentes internos da instituição não têm claro qual o papel da Universidade e, conseqüentemente, o comportamento individual – que varia de acordo com determinados interesses – passa a conduzir a Universidade, causando uma indefinição sobre a identidade desta. A Universidade torna-se, assim, um aglomerado de pessoas agindo em direções diferenciadas e fazendo com que os interesses particulares desvirtuem os fins e as funções desta. (id., 1996) ***“Toda ação educativa ou universitária é sustentada por núcleos ideológicos, e ignorá-los é fazer a pior das políticas, a política dos interesses pessoais ou dos valores comprometidos”*** (PIAVIANI E POZENATO, 1979, grifo nosso).

Outra causa da indefinição da identidade da Universidade é a concepção assistencialista da extensão, que faz com que o argumento do “compromisso social” da Universidade resulte na transferência de responsabilidades do governo para esta. (JEZINE, 2006) Temos, então, um problema cíclico: a indefinição da identidade causa uma extensão equivocada, e uma extensão equivocada agrava essa indefinição, uma vez que a sociedade passa a confundir a Universidade com outras instituições sociais, (BOTOMÉ, 1996) como se esta fosse responsável por suprir as deficiências sociais do capital. A extensão deve superar o mero assistencialismo e, assim, transformar idéias em ações, buscando uma educação para além do capital. (id., 2006)

Além disso, a Universidade atual foca-se na “preparação de profissionais dos mais diversos campos da atividade humana” (PIAVIANI E POZENATO, 1979) tendo, conseqüentemente, que se adequar às exigências mercantis. Neste sentido, a extensão é realizada através de cursos práticos, conferências e serviços técnicos, visto que uma instituição sem uma identidade forte e definida tende a ser facilmente conduzida para direções ou propostas atraentes sem nenhuma relação com sua responsabilidade na sociedade. A Universidade torna-se, assim, “um refúgio de poucos intelectuais ou de um saber sem compromisso com a realidade social da comunidade”. (id., 1979)

É comum ouvir que a função da Universidade é o tripé ensino, pesquisa e extensão, o que, na verdade, não chega a ser um equívoco, mas não proporciona um debate mais aprofundado sobre o verdadeiro sentido da missão da Universidade dentro do contexto sócio-político e cultural em que esta está envolvida. Este tripé deve ser o meio para o alcance de determinado fim. Um fim norteador do trabalho da Universidade é a busca do saber (PIAVIANI E POZENATO, 1979).

A vida universitária precisa ser dirigida pelo pensamento, pela reflexão de seus administradores e de todos os membros da comunidade, pois não existe nenhuma ação sem resultados, sem o objetivo de mudar e de produzir algo. Ela consiste em dispor meios com vista a um fim. (id., 1979, p. 21).

Desta forma, o debate acerca do papel da Universidade precisa ser aprofundado, principalmente no que tange o relacionamento desta com a sociedade. Segundo Piaviani e Pozenato, Existem basicamente três posições sobre o assunto:

- 1) A tradicional – propõe que a Universidade seja isolada da sociedade.
- 2) A Universidade como fator de mudança, na qual esta seria ponta de lança de mudanças sociais, não deixando, porém, de contribuir para a criação de uma consciência social.
- 3) A Universidade como fator de aceleração de mudanças das estruturas e assim pôr fim nas injustiças sociais, pois é ela que tem (ou deveria ter) maior capacidade de dizer quais as mudanças necessárias, a direção e as medidas que devem ser tomadas. Neste caso, a pesquisa e a extensão são de extrema importância para que a universidade mantenha contato com a realidade e, assim, proponha mudanças.

Em suma, a falta de uma identidade bem estabelecida, que se expressasse em compromissos específicos com a sociedade, resultou em uma extensão equivocada, uma vez que esta se limita – muitas vezes – a estender o conhecimento produzido à sociedade. Quando a extensão universitária não ocorre por meio de cursos e conferências, esta, em lugar de melhorar o ensino e a pesquisa, deu lugar a um “ativismo social que teria, entre outras características, a sustentação, muitas vezes disfarçada, de um discurso governamental ou de classes dominantes na sociedade” (BOTOMÉ, 1996).

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – CONCEPÇÕES / DEFINIÇÕES / CONCEITUAÇÕES

A bibliografia relativa ao tema da extensão universitária ainda é muito escassa, fato que dificultou as pesquisas na busca de definições, conceitos e concepções acerca da extensão. Há muitos títulos que trazem o debate da Universidade, mas não tocam a idéia das atividades extensionistas.

Nessa caminhada para definirmos a extensão universitária como objeto de estudo, alvo de análises e reflexões vimos em Gurgel (1986) que os autores têm opiniões muito variadas sobre o assunto:

[...] Alguns assinalavam que ela representa uma tentativa residual, de pouca validade científica e de caráter secundário. Para outros ela nada mais era do que um instrumento ideológico de que se valeu o Estado para mascarar a

possibilidade de um verdadeiro relacionamento entre universidade e sociedade. A extensão representaria, igualmente, um mecanismo de garantia ou sustentação do *status quo*. (GURGEL, 1986, p. 13)

Para fins didáticos, faremos um apanhado geral de definições, idéias e concepções relativas à extensão para posteriormente podermos dialogar com tais conceituações.

Tomemos como ponto de partida a conceituação formulada pelo Fórum de Pro-Reitores de Extensão, em 1987, a qual é assumida pela maioria das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que estabelece: *A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade* (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO, 2001). Podemos perceber em tal definição que o tripé indissociável da universidade na verdade não existe. É o Ensino e a Pesquisa que são indissociáveis, e a extensão funcionaria com uma espécie de “muleta” ao mesmo tempo em que tem o “simples” papel de viabilizar “a relação transformadora entre a Universidade e Sociedade”. Refletindo nesta mesma linha, Botomé (1996) nos mostra que

A extensão não faz (ela não é um sujeito ou um agente) essa articulação. É o ensino e a pesquisa que precisam ter certas características para que essa articulação seja produzida ou aconteça pela conduta do aluno perante as situações que defronta [...]. Não é porque alguém faz extensão [...] que vai haver articulação entre pesquisa e ensino. (BOTOMÉ, 1996, p. 84-85)

Ainda na tentativa de trafegar por este difícil terreno da extensão universitária, Maria das Graças Silva (2000), em seu artigo titulado *Universidade e Sociedade: Cenário da Extensão Universitária?*¹ delimita três grandes campos de entendimento desta temática, a saber:

Tradicional (ou funcionalista): A extensão é entendida como uma função específica, autônoma, sendo desarticulada do ensino e da pesquisa praticada, baseia-se no atendimento das carências imediatas da população, numa perspectiva. Nesta concepção, cabe à Universidade desempenhar o papel de mera assistencialista e apolítica executora de políticas educacionais, sendo vista como um complemento do Estado.

Processual: A extensão é a articuladora entre a universidade e as necessidades sociais, passando, então, a ter uma tarefa: a de promover o compromisso social dessa instituição. É a extensão representando a “consciência social da universidade”. Para superar a visão fragmentária que eventualmente se formasse, propõe-se a articulação da extensão com o ensino e a pesquisa, o que fica, inclusive, consagrado em lei.

Crítica: A extensão está intrinsecamente ligada ao ensino e a pesquisa, é sua essência, sua característica básica, apenas efetivando-se por meio dessas funções. Portanto, passa a ser entendida como matéria de currículo. Transforma-se num conceito ocioso, porém, exige que o ensino e a pesquisa sejam comprometidos com a realidade, que o conhecimento produzido seja inserido e contextualizado nesta realidade. (SILVA, 2000, p.7)

¹ Artigo publicado na 23ª Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, setembro de 2000, para o GT – 11 “Política de Educação Superior”.

Depois de analisarmos estas três concepções trazidas por Silva, nota-se que a definição apresentada pelo Fórum de Pro-Reitores melhor se adequa ao tipo processual. Nesse sentido, a extensão ganha um órgão institucionalizado e passa a ser o elo entre ensino, pesquisa e sociedade. Cabe a extensão “promover o compromisso social” da universidade, porém esse compromisso não deve se limitar às praticas extensionistas. Neste aspecto Botomé (apud Silva) “postula que o compromisso social da universidade precisa ser realizado por todas as atividades da instituição e não ser privilégio de uma delas, como se fosse a destinada a cumprir tal papel”. A pesquisa e o ensino, se redimensionados na sua concepção e gerenciamento, prossegue, constituem-se nos elementos naturais por onde deve se realizar a contribuição social da universidade Botomé (apud Silva).

Inferese do discurso de Botomé uma concepção crítica, a qual também integra o pensamento de Freire (1985) que assimila a idéia de extensão como um processo de comunicação. Fazendo uma leitura de Freire, Brenner (1993) nos mostra que o autor faz uma crítica à extensão rural no Chile, e, através do conteúdo levado por esta, chega à concepção de invasão cultural, refletindo a uma visão de mundo daqueles que levam superpondo-se aos que passivamente recebem. Neste trabalho, Freire diz que a função da universidade é a produção de conhecimento. A extensão universitária é o modo de operacionalização da práxis universitária – o ensino e a pesquisa. A extensão é, portanto, uma ação criadora e deve ser entendida dentro de uma visão de universidade como um todo. Em sua obra, Freire apresenta as etapas (características) do que seria a atividade extensionista por ele criticada:

- 1) Transmissão
- 2) Sujeito ativo (o que estende)
- 3) Conteúdo (que é escolhido por quem estende)
- 4) Recipiente (do conteúdo)
- 5) Entrega (de algo que é levado por um sujeito que se encontra “atrás do muro”, “fora do muro”. Daí que se fale em atividades extra-muros)
- 6) Messianismo (por parte de quem estende)
- 7) Superioridade (do conteúdo de quem entrega)
- 8) Inferioridade (dos que recebem)
- 9) Mecanicismo (na ação de quem estende)
- 10) Invasão Cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem). Podemos ressaltar que nem sempre é passivo àqueles que recebem o conteúdo, mas isso já se trata de outro debate.

Para encerrar este tópico apresentamos o que Filho (1997) chama de “definições e/ou conceitos vulgares de extensão”:

- 1) A extensão como **Curso**
 - a. *Cursos variados*: Qualquer curso que não a graduação. A diferença entre ensino e extensão é o vestibular.
 - b. *Cursos de extensão*: Tentativa de regulamentar o conceito anterior através de, por exemplo, carga horária.
- 2) A extensão como **Prestação de Serviços**
 - a. A prestação de serviços sociais, sem vínculos com o ensino e a pesquisa. Qualquer tipo de relação (extra-cursos) entre a universidade e a sociedade.
- 3) Extensão como **“Remédio”**

- a. Extensão é a “compensação” destinada a sugerir as falhas do ensino regular, como por exemplo, o alheamento da realidade dos problemas sociais.
- 4) A extensão como **Complemento**
 - a. Processo pelo qual se amplia o acesso ao conhecimento, já acessível pelas atividades de ensino formal.
- 5) A extensão como **Instrumento Político-Social**
 - a. Instrumento utilizado pelo Estado para manter a ordem vigente
 - b. “Trincheira dos revolucionários” nas universidades, agrupamento de pessoas mais “progressistas” das universidades.

Para Filho a concepção “não-vulgar” da extensão se dá quando

[...] a universidade entra em contato com os problemas da comunidade, promove estudos em busca da solução destes problemas e propõe a – e/ou, até mesmo, participa da – resolução dos problemas. (FILHO, 1997, p. 142)

Argumenta que os Centros de Psicologia Aplicada e os Centros de Assistência Jurídica, por exemplo, são órgãos que resolvem problemas da comunidade e, em troca, revelam-se úteis para os setores de ensino e pesquisa. Para ele, estes dois centros convergem “para a finalidade única e última da universidade, qual seja, colaborar para a formação de *cidadãos úteis* para a sociedade” (grifo nosso). Ficam as perguntas: o que é ser um cidadão útil à sociedade? Para que tipo de sociedade ser útil?

Vimos que Gurgel está certo quando afirma que há opiniões muito variadas acerca da temática da extensão universitária. Apresentadas as diversas concepções e definições sobre a extensão, passemos para a segunda etapa deste artigo que discute a gênese das atividades extensionistas no Brasil, tendo como modelos as experiências estadunidense e européia.

ORIGENS DA EXTENSÃO NO BRASIL

Gurgel (1986 apud BRENNER, 1993) identifica duas vertentes, originadas no exterior que incidiram de alguma forma nas propostas de extensão universitária no Brasil: as universidades populares (origem européia) e o modelo estadunidense.

As universidades populares serviram de orientação para grupos que defendiam os interesses da classe dominante e para grupos que desenvolviam ações de conscientização de massa. Ainda segundo Gurgel (apud Brenner), nesta universidade definiu-se a primeira formulação extensionista do país, os cursos de extensão, os quais representam a prática extensionista mais conhecida e difundida até hoje. No Brasil, a idéia da universidade popular começou a se difundir em 1938 como bandeira dos movimentos estudantis, assimilando o pensamento do Manifesto de Córdoba², os quais decidiram lutar por uma universidade a serviço

² Brenner nos mostra que este movimento iniciou o questionamento da universidade latino-americana tradicional, confrontando a instituição de ensino superior arcaica e fechada em si mesma com a sociedade a procura de novos caminhos pela via da modernização. Em tal documento, a extensão universitária propiciaria uma projeção do trabalho social da universidade e sua inserção em uma dimensão mais ampla, a partir de então a idéia de “missão social” da universidade passou a constar nos discursos e propostas.

do povo brasileiro. Brenner prossegue, em tais universidades além de serviços manuais, seriam ensinadas às classes do povo noções de ciência, artes e letras.

O modelo extensionista estadunidense originou a concepção de extensão como prestação de serviços de natureza social e técnica, o treinamento básico, treinamento universitário da prática profissional, o estágio e a institucionalização da extensão (BRENNER, 1993). O relacionamento da universidade com a sociedade, neste modelo, se dá de duas formas: a extensão cooperativa e a extensão universitária. Extensão cooperativa atua em programas de assistência técnica ao agricultor, de economia doméstica e de organização da juventude e a extensão universitária efetua-se através do desenvolvimento comunitário e da realização de cursos e conferências variadas. Assume-se cada vez mais o caráter de profissionalização regular, levando à identificação de necessidades de pesquisa e à criação de cursos regulares.

Conforme Brenner, o avanço deste modelo no Brasil, se deu a partir da Reforma Francisco Campos, em 1931, a qual previa o Estatuto das Universidades, sendo este o principal veículo de difusão da extensão como prestação de serviços.

Neste Estatuto, a extensão possui referências explícitas [...] a cursos para divulgação das atividades técnicas e científicas dos institutos universitários, a realização de cursos e conferências de caráter educacional ou **utilitários** e da extensão como forma de difusão de conhecimentos, filosóficos, artísticos, literários e científicos em benefício do aproveitamento **individual** e coletivo [...] (BRENNER, 1993, página, grifo nosso³)

A importação do modelo estadunidense (no caso da extensão rural) para o Brasil sem uma visão crítica da realidade brasileira objetivando mudanças de comportamento das populações do meio rural, através da aquisição de novos conhecimentos, hábitos, atitudes e habilidades levou a uma espécie de “domesticação” tendo como principal norteador o fundamento da teoria da modernização (GURGEL apud BRENNER).

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ESCOLA Y

A rede mundial de computadores é a primeira fonte de informação para muitos, e conosco não foi diferente. Fomos ao sítio da Escola Y para coletar as primeiras informações que dissessem respeito à extensão universitária. Ao clicar na seção “Extensão” do referido sítio, verificamos que ali consta, o que só depois (com as demais pesquisas em relatórios oficiais da instituição) iríamos comprovar, um resumo das, no mínimo, limitações que esta unidade de ensino possui no âmbito da extensão.

Tendo como fonte de informações os Relatórios Setoriais da instituição dos anos de 2005 e 2006 e o Planejamento Estratégico da Escola Y 2006/2009, constatamos que o Núcleo de Extensão resume suas atividades a oferecer cursos de extensão nas diversas áreas que envolvem a gestão, adequando estes cursos às exigências do mercado, seminários e consultorias. Uma outra função deste Núcleo é arrecadar recursos, desta forma realiza atividades que, a nosso ver, nada têm de comum com uma Escola que forma bacharéis (futuros pesquisadores, possivelmente) em administração. Para ilustrar apresentamos duas atividades realizadas pelo NEA que demonstra as situações de “atender demandas do mercado” e “arrecadar recursos”:

³ Motivo do grifo será elucidado no decorrer do texto.

Curso de Demissão e Outplacing e Teste de Robustez Física e Aptidão Física para Empresa de Correios.

Vale ressaltar que a Escola Y ainda engatinha quando o assunto é extensão, ou melhor, ter claramente definido qual é a política de extensão da instituição. Ao olhar o Planejamento Estratégico, o NEA que deveria ser um órgão a fomentar o debate da extensão universitária na Escola tem como atividades:

- Desenvolver um Programa de Relacionamento com os setores e entidades da Escola Y⁴
- Definir uma política de extensão.
- Criar sistema de avaliação das atividades de extensão.⁵
- Ampliar os aportes financeiros para os participantes (Professores, Alunos e Funcionários) nas atividades de extensão.⁶

O que tentaremos fazer a partir de agora é localizar teoricamente a extensão universitária da Escola de Administração. Voltemos ao sítio e analisemos o seguinte trecho do texto extraído da página virtual:

Nos anos 90, com a criação do Núcleo de Extensão, houve mais uma sistematização e dinamização da cooperação da Escola com a comunidade em geral, alcançando o novo milênio com uma gama de expressivos produtos e serviços realizados.

CLIENTELA - *Nos 46 anos de existência da Escola, foi desenvolvido um número significativo de atividades de extensão com organizações públicas, privadas e do terceiro setor, em âmbito local, regional, estadual e federal.*

O modelo estadunidense de extensão (prestação de serviços) é facilmente identificado, neste primeiro momento, haja vista a “gama de expressivos produtos e serviços realizados”. Este modelo torna-se mais evidente quando da utilização do termo “clientela”⁷ para designar o “público-alvo” das atividades de extensão.

O NEA pode ser também caracterizado em uma perspectiva de concepção processual da extensão, enquanto articulador “da universidade e das necessidades sociais”. Porém esta articulação se dá somente numa perspectiva mercantil, atendendo a um público muito seletivo, empresas e executivos, como já mencionado.

Existem outras atividades de extensão que não são capitaneadas pelo Núcleo de Extensão. Uma dessas atividades é a Atividade Curricular em Comunidade (ACC), a qual visa promover diálogos com a sociedade, para reelaborar e produzir conhecimento sobre a realidade, de forma compartilhada, para descoberta e experimentação de alternativas de resolução e encaminhamento

⁴ Esta atividade tem como Objetivo Estratégico: “Estabelecer canais de comunicação internos e externos, local, nacional e internacional”.

⁵ O NEA existe desde o século passado a até novembro de 2007, ainda não se tinham definidos quais são a política de extensão e os sistemas de avaliação destas atividades, apesar da meta ser fevereiro de 2007. Objetivo Estratégico: “Instituir um núcleo de estudos conjunturais em administração”.

⁶ Objetivo Estratégico: “Criar instrumentos sistemáticos de apoio financeiro para professores, servidores e alunos em projetos e atividades de pesquisa e extensão”.

⁷ Segundo o Aurélio o verbete “clientela” significa conjunto de clientes, aqueles que usam os serviços ou consomem os produtos de determinada empresa ou de profissional; freguês; comprador.

de problemas. Apesar de ter uma proposta interessante e existir a cerca de oito anos na instituição, a ACC só foi desenvolvida na Escola por dois professores (no universo de 44 docentes), nos anos de 2002 e 2003.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “escolha” da Escola pelo modelo estadunidense de extensão, numa concepção processual, pode ser melhor compreendida, levando-se em consideração que as Escolas de administração brasileiras foram construídas tendo como fundamentação o modelo vindo dos Estados Unidos. Um outro fator importante a se considerar é que a necessidade de se estudar a gestão veio da necessidade de melhor organização do sistema capitalista, e a extensão como “prestação de serviços” apenas contribui para a divulgação, especialização de novas e antigas ferramentas de manutenção deste modelo de desenvolvimento.

Há um desinteresse aparente dos docentes em desenvolver atividades que historicamente envolvem muitos estudantes, como é o caso da ACC.

Com efeito, podemos afirmar que a premissa estabelecida no início deste texto se comprova: a política de extensão na Escola Y tem um viés eminentemente mercadológico. Não há um planejamento formal que defina as políticas, diretrizes, da atividade de extensão. Não obstante, os cursos, seminários e consultorias ocorrem de maneira muito bem planejada e articulada entre os interessados, quer sejam os professores envolvidos quer sejam as organizações (ou pessoas) interessadas.

REFERÊNCIAS

BOTOMÉ, S. P. Pesquisa alienada e ensino alienante : o equívoco da extensão universitária. Petrópolis, RJ : Vozes, 1996. 244p.

BRENNER, E. M. Extensão universitária como processo de produção de conhecimento. 1993. 163p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.

FILHO, A. M. Integração ensino pesquisa extensão. Integração Ensino – Pesquisa – Extensão. São Paulo : v.3, n.9, p.83-159, mai. 1997.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação?. 8.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983. 93p.
GURGEL, R. M. Extensão universitária : comunicação ou domesticação?. São Paulo : Cortez, 1986. 182p.

JEZINE, Edneide. A extensão universitária como uma prática social. Quito : Asociación Latinoamericana de Sociología Rural, VII Congreso Latino-Americano de Sociología Rural, 2006. Disponível em:
<<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/15%20GT%20Edineide%20Jezine.pdf>>. Acesso em 8 out. 2007.

PAVIANI, J., POZENATO, J. C. A universidade em debate. Caxias : Universidade Caxias do Sul, 1979. 150p.



SILVA, M.G. Universidade e sociedade: cenário da extensão universitária?. Caxambu, MG : Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 23ª Reunião Anual, 2000. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/1101T.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2007.